



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

TERMO

DE ANÁLISE E JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 351/2021/KAPPA/SUPEL/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0015.027257/2021-82

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material de consumo e distribuição gratuita para atender o FESA e a Agência IDARON.

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, através do(a) Pregoeiro(a), designado(a) por meio da **Portaria Nº 131/2021/SUPEL-GAB publicada no DOE do dia 05.11.2020**, em atenção à intenção de **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **GRAFICA PORTO LTDA**, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, com base no Princípio da Vinculação ao Edital, da Legalidade e demais princípios que regem a Administração Pública e na legislação pertinente, passa a analisar e decidir o que adiante segue.

1. DA ADMISSIBILIDADE

A empresa **GRAFICA PORTO LTDA, CNPJ: 15.539.260/0001-07**, manifestou apenas sua intenção de recurso em momento oportuno, contra as habilitações ocorridas neste Pregão Eletrônico, para os itens 05, 06, 10 e 14

Assim, à luz do Artigo 4º, incisos XVIII da Lei Federal nº 10.520/2002 e Artigo 26 do Decreto Estadual nº 12.205/2006, o(a) Pregoeiro(a) recebe e conhece a intenção interposta, sendo considerada TEMPESTIVA e encaminhada POR MEIO ADEQUADO.

2. DAS RAZÕES DO RECURSO:

a) **GRAFICA PORTO LTDA**

A empresa apresentou o que se segue abaixo:

“Contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que encerrou o processo licitatório sem aplicar o critério de desempate conforme Item 9.18 do Edital, para os itens 5, 6, 10 e 14, que deveria proceder-se após a etapa de lances..”

Item Valor do último lance empresa vencedora Valor do último lance empresa recorrente VTPRINT OUTDOOR, com sede no Estado de Mato Grosso GRAFICA PORTO, com sede local, no estado de

Rondônia

5 R\$ 36.000,00 – Valor + 10% = R\$ 39.600,00 R\$ 39.000,0000

6 R\$ 12.000,00 – Valor + 10% = R\$ 13.200,00 R\$ 13.000,00

10 R\$ 12.500,00 – Valor + 10% = R\$ 13.750,00 R\$ 13.000,00

14 R\$ 55.000,00 – Valor + 10% = R\$ 60.500,00 R\$ 60.000,00.

3. DAS CONTRARRAZÕES:

Não houve.

4. DO MÉRITO – DO JULGAMENTO DO RECURSO:

Antes de adentrarmos no julgamento recursal, ressaltamos alguns pontos que versa sobre o cumprimento ao Art. 3º, § 1º, I, II da Lei 8.666/93.

Os trabalhos desta licitação foram conduzidos em estrita conformidade com os princípios da **legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo** e dos que lhes são correlatos e, não menos relevantes, os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da eficiência e do formalismo e qualquer alegação contrária não passam de sofismas, lançados com o objetivo apenas de tumultuar o Certame licitatório, o que deve ser rechaçado.

Todos os procedimentos realizados foram praticados com total transparência, legalidade e seriedade, como todos os demais já coordenados por esta SUPEL.

As análises proferidas neste certame foram realizadas com absoluta imparcialidade, objetivo e legalidade, mediante as informações nos documentos apresentados e anexados aos autos, resguardando a Comissão, bem como a Administração, de quaisquer falhas na condução deste, o qual tem a participação ativa e constante dos Órgãos fiscalizadores, tais como Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Ministério Público.

Cumpre-nos ressaltar ainda que, a lei conferiu à Administração, na fase interna do procedimento, a prerrogativa de fixação das condições a serem estabelecidas no instrumento convocatório, seguindo critérios de conveniência e oportunidade de acordo com o objeto a ser licitado e sempre balizado pelo interesse público e normas cogentes.

Do mesmo modo, é dever da Administração zelar pela segurança e pela regularidade das ações administrativas, a fim de que não reste qualquer prejuízo à consecução do objeto contratado e, tampouco, restem feridos os direitos dos demais licitantes, de acordo com os princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.

Dito isso, após criteriosa análise do recurso interposto pela recorrente passamos ao Julgamento.

Conforme informado pela empresa, o edital de licitação tem aplicação de cota exclusiva para ME/EPP, no entanto descrito no Edital (0019647023) em seu subitem 9.16 e 9.18 e alíneas, o critério de julgamento a ser aplicado vejamos:

"9.16. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme determina o Lei Complementar n. 123/06 CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRASNET;

9.17. Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais depois de encerrada a etapa de lances;

9.18. No caso de empate, será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos previstos no Decreto Estadual nº 21.675/2017, nos seguintes termos:

a) aplica-se o disposto neste subitem nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superior ao menor preço;

Noutro ponto a recorrente **GRAFICA PORTO LTDA** entra com recurso nos itens 05, 06, 10, e intenção sem peça recursal no item 14. Dito isto passamos a analisar cada item, bem como seus cadastros no sistemas, vez que há 4 tipos de cadastro referente ao tratamento diferenciado no Sistema SIASGnet sendo estes:

Sem diferença: Quando a participação é Aberta, ou seja todos podem participar, neste item aplica-se somente a diferença de 5% automático pelo sistema, conforme Lei Complementar nº 123/06.

Tipo I : Quanto o item é de exclusiva participação a ME/EPP e equiparada, neste acaso, após a fase de lance aplica-se os 10% regional por meio de convocação de negociação, conforme Decreto Estadual 21.675/2017.

Tipo II: Quando o item é para Exigência de Subcontratação para exclusiva ME/EPP, neste acaso, após a fase de lance aplica-se os 10% regional por meio de convocação de negociação, conforme Decreto Estadual 21.675/2017.

Tipo III : Quando aplica-se Cota de participação exclusiva de ME/EPP e equiparada, neste acaso, após a fase de lance aplica-se os 10% regional por meio de convocação de negociação, conforme Decreto Estadual 21.675/2017.

Esclarecido este ponto, passo a informar o tipo que os item 05, 06 ,09 e 14 estão cadastrados no Sistema Comprasnet (0020522042), vejamos:

Item: 5 - Bloco recado	Qtde Solicitada: 450.000	Qtde Aceita:	450.000	Valor Estimado: R\$ 184.500,0000	Recurso: Sim
Tratamento Diferenciado: - (Item Participação Aberta)					

Item: 6 - Bloco recado	Qtde Solicitada: 150.000	Qtde Aceita:	150.000	Valor Estimado: R\$ 61.500,0000	Recurso: Sim
Tratamento Diferenciado: Tipo III - Cota para participação exclusiva de ME/EPP/Equiparada (Cota Exclusiva do item 5)					

Item: 10 - Bloco recado	Qtde Solicitada: 10.000	Qtde Aceita:	10.000	Valor Estimado: R\$ 62.000,0000	Recurso: Sim
Tratamento Diferenciado: Tipo III - Cota para participação exclusiva de ME/EPP/Equiparada (Cota Exclusiva do item 9)					

Item: 14 - Bloco recado	Qtde Solicitada: 22.500	Qtde Aceita:	22.500	Valor Estimado: R\$ 117.000,0000	Recurso: Intenção
Tratamento Diferenciado: Tipo III - Cota para participação exclusiva de ME/EPP/Equiparada (Cota Exclusiva do item 13)					

Logo, para o item 05 a mesma não faz jus a aplicação dos 10% regional conforme Decreto Estadual 21.675/2017, somente a diferença de 5% automático pelo sistema, conforme Lei Complementar nº 123/06. Entretanto para os item 06, 10 e 14 a empresa **GRAFICA PORTO LTDA** faz jus ao direito de convocação para apresentação de propostas inferior aquela considerada vencedora do certame, conforme Art. 5º alínea I, vejamos:

Art. 5º Nas licitações será assegurada às microempresas e empresas de pequeno porte, preferência de contratação, como critério de desempate.

§ 1º Entende-se por empate situações em que as propostas apresentadas pelas pequenas empresas sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superior ao menor preço.

I - ocorrendo o empate, a pequena empresa melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto a seu favor;

Disto isto passo a decidir.

5. DA DECISÃO

Diante do exposto, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, a Pregoeira, consubstanciada pela documentação anexada aos autos, pelas regras do edital e com base na legislação pertinente, opina pelo recebimento do pedido ora formulado, considerando-o **tempestivo**, e no mérito, analisou as questões pontualmente, para reafirmar a legalidade do certame e dos procedimentos adotados em prol de princípios como legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, celeridade, igualdade, vínculo ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, julgando-o **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o recurso da empresa **GRAFICA PORTO LTDA**, reformulando seus atos para o item 06, 10 e 14, mantendo sua decisão de habilitação no item 05 e os demais atos inalterados.

Por fim, submetemos a presente decisão à análise e apreciação do Senhor Superintendente Estadual de Compras e Licitações.

Porto Velho, 08 de Setembro de 2021

CAMILA CAROLINE ROCHA PERES

Pregoeira Substituta da Equipe KAPPA/SUPEL/RO



Documento assinado eletronicamente por **Camila Caroline Rocha Peres, Pregoeiro(a)**, em 08/09/2021, às 12:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0020246980** e o código CRC **659569B4**.

Referência: Caso responda este(a) Termo, indicar expressamente o Processo nº 0015.027257/2021-82

SEI nº 0020246980